

APRESENTAÇÃO

A intensificação da emergência climática vem deslocando o debate ambiental para o centro das discussões sobre desenvolvimento, democracia e justiça social. Cada vez mais, torna-se evidente que seus efeitos não se distribuem de maneira homogênea, mas aprofundam desigualdades históricas, produzem novas formas de vulnerabilidade e evidenciam disputas em torno do acesso aos bens comuns, dos modelos de desenvolvimento e dos direitos dos povos e comunidades.

Paradoxalmente, as estratégias formuladas para enfrentar a crise climática também têm se constituído como objeto de crescente problematização. Em diferentes contextos, iniciativas concebidas para promover a mitigação das emissões e a adaptação climática, quando orientadas por racionalidades neoextrativistas, podem reproduzir dinâmicas históricas de expropriação, deslocamento e desigualdade, convertendo a própria transição climática em um novo campo de disputas territoriais, políticas e epistemológicas. Nesse sentido, as soluções propostas para responder à emergência climática deixam de ser compreendidas como respostas neutras ou consensuais, passando a integrar um debate mais amplo sobre justiça climática, direitos humanos, modelos de desenvolvimento e governança dos territórios. Ao mesmo tempo, os textos reunidos neste dossiê evidenciam que determinadas estratégias de descarbonização podem reforçar processos de financeirização da natureza, concentração fundiária, expropriação territorial e dependência econômica, revelando que a transição energética também constitui um espaço de disputa sobre a apropriação dos recursos naturais, a distribuição de seus benefícios e a produção de novas desigualdades.

É nesse horizonte que se insere este dossiê, composto por **10 artigos e 1 entrevista**, que exploram diferentes facetas da crise climática contemporânea. As contribuições reunidas analisam processos de adaptação e mitigação, políticas públicas, conflitos territoriais, transição energética, governança climática, justiça socioambiental e experiências construídas por diferentes sujeitos sociais diante dos desafios impostos pelo aquecimento global. Ao fazê-lo, os artigos não apenas examinam os impactos das mudanças climáticas, mas também interrogam criticamente os modelos econômicos, políticos e institucionais que vêm orientando as respostas à crise, discutindo quem suporta seus custos, quem se beneficia de seus resultados e quais projetos de sociedade são produzidos sob o discurso da sustentabilidade.

Os trabalhos percorrem diferentes escalas de análise — do local ao global — e distintos campos do conhecimento, articulando contribuições das ciências sociais, do direito, da economia política, da geografia, do planejamento territorial e das ciências ambientais. Reúnem estudos teóricos, análises empíricas e reflexões metodológicas que, embora diversas em seus objetos e abordagens, compartilham a compreensão de que enfrentar as emergências climáticas exige reconhecer a centralidade dos territórios, valorizar os conhecimentos produzidos historicamente pelas comunidades, pelos povos e comunidades tradicionais, por pesquisadores e demais sujeitos sociais, bem como fortalecer processos participativos na formulação de políticas públicas e nas estratégias de transformação. Ao reunir perspectivas disciplinares diversas e experiências situadas em diferentes contextos, o dossiê evidencia a complexidade da agenda climática contemporânea e reafirma a necessidade de abordagens interdisciplinares capazes de articular ciência, políticas públicas, territorialidades, democracia e direitos.

Espera-se que este conjunto de reflexões contribua para qualificar o debate acadêmico e público, reafirmando que os desafios climáticos são indissociáveis das discussões sobre democracia, direitos humanos e justiça socioambiental. Para além dos diagnósticos sobre a crise climática, os artigos aqui reunidos convidam à reflexão sobre os caminhos possíveis para construir processos de transição capazes de conciliar sustentabilidade ambiental, justiça social, proteção dos territórios, soberania e participação democrática, contribuindo para a formulação de respostas comprometidas com formas mais equitativas e transformadoras de enfrentar os desafios do presente e do futuro.

O primeiro artigo é intitulado “Quem explora as energias eólica e solar no Brasil e na China? Um estudo sobre a dominação estrangeira no mercado energético brasileiro e as lições do modelo chinês para retenção de capital”, de autoria de Maria Eduarda Santos de Oliveira; Heloísa Joaquim Mendes; Fernando Joaquim Ferreira Maia e Hirdan Katarina de Medeiros Costa. O artigo realiza uma análise comparativa entre os modelos brasileiro e chinês de expansão das energias renováveis, demonstrando que, no Brasil, a predominância de empresas estrangeiras favorece a concentração fundiária, a financeirização da terra e a evasão de capital. Em contraposição, evidencia como o planejamento estatal chinês, aliado à atuação de empresas públicas e instrumentos financeiros e tributários, contribui para a retenção da riqueza gerada pela transição energética, oferecendo elementos para refletir sobre soberania energética, desenvolvimento nacional e justiça socioambiental.

O segundo artigo tem por título “Entre a terra e o vento: novas dinâmicas de expropriação e a indústria de energia eólica no Brasil”, de autoria de Karina Pecis Valenti. A partir dos referenciais do capital-imperialismo, da financeirização da natureza e do conceito de *greengrabbng*, o artigo analisa a expansão da indústria eólica no semiárido brasileiro como expressão contemporânea de novas formas de expropriação territorial. Argumenta que a transição energética, ao ser conduzida sob a lógica do capitalismo verde, reproduz processos históricos

de concentração fundiária, controle dos bens comuns e apropriação privada dos benefícios econômicos, aprofundando desigualdades e conflitos no campo em nome da descarbonização.

O terceiro artigo, “Transição energética no Brasil: os dilemas da descarbonização”, de autoria de Natasha Pergher Silva discute os diferentes caminhos da transição energética no Brasil, problematizando a descarbonização como um processo que deve considerar as especificidades da matriz energética e do perfil de emissões do país. Defende que, além da substituição de fontes fósseis e das estratégias de mitigação, a preservação de biomas como a Amazônia e a Caatinga constitui elemento central para uma trajetória de transição compatível com a realidade brasileira, articulando desenvolvimento, segurança energética e sustentabilidade.

O quarto artigo, de autoria de Fernando Joaquim Ferreira Maia, intitulado “O direito da energia e os desafios da nova Política Nacional Energética do Brasil”, analisa os desafios jurídicos da implementação da Política Nacional de Transição Energética (PNTE), argumentando que a ausência de um marco regulatório específico para a energia eólica favorece contratos abusivos, processos de *greengrabbings* e a despossessão de comunidades rurais. Defende a construção de um novo Direito da Energia orientado pelos princípios da justiça energética, propondo a classificação do potencial eólico como bem público, maior intervenção estatal na regulação dos contratos e mecanismos que assegurem participação social e a distribuição mais equitativa dos benefícios da transição energética.

O quinto artigo tem por título “Entre *landgrabbing* e incorporação excludente: arrendamento de terras e energia renovável no Nordeste brasileiro”, de autoria da Mariana Traldi. O artigo analisa a expansão das energias eólica e solar no Nordeste brasileiro a partir das dinâmicas de *landgrabbing* e *greengrabbings*, demonstrando como os contratos de arrendamento transferem o controle territorial às empresas e distribuem de forma profundamente desigual os benefícios econômicos da geração de energia. Como principal contribuição teórica, propõe o conceito de **incorporação excludente**, argumentando que muitos proprietários não são simplesmente expropriados, mas integrados aos circuitos globais da transição energética em condições marcadas por forte assimetria de poder, limitada capacidade de negociação e aprofundamento das vulnerabilidades sociais e territoriais.

O sexto artigo, “Energias renováveis modernas, transição energética e crise climática: uma reflexão sobre o Nordeste brasileiro” é de autoria de Luziene Dantas de Macedo. O artigo analisa a inserção do Nordeste brasileiro na transição energética global, evidenciando sua posição estratégica na expansão das energias eólica e solar e na descarbonização da matriz elétrica nacional. Argumenta que essa transformação, embora represente um avanço tecnológico e ambiental, não se converte automaticamente em desenvolvimento regional, pois a limitada internalização dos benefícios econômicos, os conflitos socioambientais e a concentração dos investimentos desafiam a construção de uma transição

energética justa, baseada na equidade territorial, no fortalecimento da governança e na participação das comunidades locais.

O sétimo artigo, de autoria de Anderson Ribeiro do Rêgo e Elaine Alves de Oliveira, tem por título “Entre a emergência climática e os direitos territoriais: limites democráticos da transição energética no licenciamento ambiental no Rio Grande do Norte”. O artigo examina criticamente os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos eólicos no Rio Grande do Norte, demonstrando como a urgência da crise climática pode ser mobilizada para justificar a flexibilização de procedimentos administrativos e o enfraquecimento de garantias democráticas. A partir da análise de casos concretos, evidencia o silenciamento da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), os conflitos entre diferentes racionalidades estatais e propõe o conceito de “exceção procedimental normalizada”, defendendo que a legitimidade da transição energética depende da efetiva incorporação da participação social, dos direitos territoriais e da justiça socioambiental nos processos decisórios.

O oitavo artigo, intitulado “Transição energética justa e proteção territorial: cenários de distanciamento entre aerogeradores e comunidades rurais em Serra do Mel (RN)”, tem como autores Alex Alves Targino; Hudson Toscano Lopes Barroso da Silva e Cristina Baldauf. O artigo analisa a configuração territorial da energia eólica em Serra do Mel (RN), utilizando geoprocessamento para simular diferentes cenários de distanciamento entre aerogeradores e comunidades rurais. Os resultados demonstram que critérios mais protetivos podem reduzir conflitos socioambientais e fortalecer a justiça territorial sem comprometer significativamente a geração de energia, evidenciando que o ordenamento territorial e a definição de salvaguardas regulatórias constituem elementos centrais para a construção de uma transição energética justa.

O nono artigo, de autoria de Melquisedeque de Oliveira Fernandes e Giovanna Helena Vieira Ferreira, tem por título “Eólicas offshore no litoral do Rio Grande do Norte e conflitos socioambientais em potencial”. O artigo analisa o contexto inaugural da implantação de parques eólicos offshore no litoral de Areia Branca (RN), examinando os conflitos emergentes entre o projeto de transição energética e os direitos territoriais de comunidades de pescadores artesanais. A partir da observação participante e da assessoria jurídica popular, evidencia que o licenciamento ambiental constitui uma arena de disputas marcada por assimetrias de poder, uso estratégico da linguagem técnica e fragilidades na participação democrática, reafirmando a importância da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) para a proteção dos territórios tradicionais e para a construção de uma transição energética justa.

O último artigo desta edição, tem por título “Os migrantes da transição energética” e é de autoria de Tarcísio Augusto Alves da Silva; Andrea Lorena Butto Zarzar e Mylena Galdino

de Paula Noia. O artigo evidencia a migração como um dos impactos menos visíveis da expansão da energia eólica no Nordeste brasileiro, interpretando-a como expressão da lógica da transição energética corporativa e do colonialismo energético. Com base em pesquisa de campo realizada no Agreste e no Sertão de Pernambuco, identifica dois fenômenos distintos — deslocados e relocados do desenvolvimento —, demonstrando que a desterritorialização, o adoecimento, a violação de direitos e a ruptura dos modos de vida constituem efeitos estruturais da implantação dos empreendimentos eólicos, e não meras externalidades do processo de descarbonização.

Por fim, esta edição encerra com uma entrevista intitulada “Latifundiários dos ventos: energia renovável e conflitos territoriais no Nordeste”, sendo os entrevistados, Moema Hofstaetter e Francisco Adilson da Silva (entrevista concedida a Cesar Sanson). A entrevista apresenta a leitura dos movimentos sociais sobre a expansão das energias renováveis no Nordeste, problematizando a chamada “transação energética” como um processo marcado pela concentração do controle territorial, pela financeirização da natureza e pela reprodução de injustiças socioambientais. São discutidos temas como os impactos sobre comunidades rurais, pesqueiras e tradicionais, a emergência dos chamados “latifundiários dos ventos”, as cartografias sociais como instrumento de resistência, os desafios colocados pela expansão das eólicas offshore e a atuação do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), reafirmando que uma transição energética justa depende da participação popular, da proteção dos territórios e da democratização das decisões sobre a produção de energia.

Desejamos à todos uma excelente leitura!

Moema Hofstaetter
Maria Dulce Picanço Bentes